



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO  
CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS  
EDITAL Nº 86/2013-GR

**PROVA ESCRITA PARA O CARGO DE**

**CONTADOR**

**- Opção 138 -**

**INFORMAÇÕES AO CANDIDATO**

1. Escreva seu nome e número de CPF, de forma legível, nos locais abaixo indicados:

NOME: \_\_\_\_\_ Nº. CPF: \_\_\_\_\_

2. Verifique se o CARGO e o CÓDIGO DE OPÇÃO, colocados acima, são os mesmos constantes da sua FOLHA RESPOSTA. Qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo CARGO e o CÓDIGO DE OPÇÃO sejam iguais ao constante da sua FOLHA RESPOSTA.**
3. A FOLHA RESPOSTA tem, obrigatoriamente, de ser assinada. Essa FOLHA RESPOSTA **não** poderá ser substituída, portanto, **não** a rasure nem a amasse.
4. DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas**, incluindo o tempo para o preenchimento da FOLHA RESPOSTA.
5. Na prova há 40 (quarenta) questões, sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa e 30 (trinta) questões de Conhecimentos Específicos, apresentadas no formato de múltipla escolha, com cinco alternativas, das quais **apenas uma** corresponde à resposta correta.
6. Na FOLHA RESPOSTA, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, por completo, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois, nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, telefone celular, etc.), chapéu, boné, ou similares, e óculos escuros.
10. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
11. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com a FOLHA RESPOSTA, ao Fiscal de Sala.
12. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas identificações e assinaturas.

O texto 1 serve de base para responder as questões de 1 a 5.

Texto 1:

**Uma questão de bom senso**

*Ferreira Gullar*

Falando francamente, o que você prefere, a segurança ou a insegurança, o previsível ou o imprevisível? Em suma, quer acordar de manhã certo de que as coisas vão caminhar normalmente ou prefere estremecer ao pensar no que fará, neste dia, o seu filho drogado?

Acho muito difícil que alguém prefira viver no desespero, temendo o que pode ocorrer nesse dia que começa. Estou certo de que todo mundo quer viver tranquilo, certo de que as coisas vão transcorrer dentro do previsível.

Mas quem se droga comporta-se, inevitavelmente, fora do previsível, ou não é? Já imaginou a apreensão em que vivem os pais de um filho drogado? Começa que ele já não vai à escola e, se vai, arma sempre alguma encrenca por lá. Se já trabalha, abandona o emprego e começa a roubar o dinheiro da família para comprar drogas.

Se isso se torna inviável, entra para o tráfico, passa a vender drogas ou torna-se assaltante, porque tem de conseguir dinheiro para comprá-las, seja de que modo for. Daí a pouco, não apenas assalta e rouba como também mata. Os pais já não reconhecem nele o filho que criaram com tanto carinho. Pelo contrário, o temem, porque, drogado, ele é capaz de tudo.

E mesmo assim há quem seja a favor da liberação das drogas. Conheço muito bem o argumento que usam para justificá-la: como a repressão não acabou com o tráfico e o consumo, a liberação pode ser a solução do problema. Um argumento simplista, que não se sustenta, pois é o mesmo que propor o fim da repressão à criminalidade em geral. O argumento seria o mesmo: por que insistir em combater o crime, se isso se faz há séculos e não se acabou com ele?

Fora isso, pergunto: se não é proibida a venda de cigarros e bebidas, por que há tráfico dessas mercadorias? E pedras preciosas, é proibido vendê-las? Não e, no entanto, existe tráfico de pedras preciosas. E ainda assim os defensores da liberação das drogas acham que com isso acabariam com o problema. Claro, Fernandinho Beira-Mar certamente passaria a pagar imposto de renda, ISS, ICMS e tudo o mais. Esse pessoal parece estar de gozação.

Todo mundo sabe que, dos que se viciam em drogas, poucos conseguem largar o vício. E, se largam, é por entender que estavam sendo destruídos por ele, uma vez que perdem toda e qualquer capacidade de refletir e escolher; são verdadeiros robôs que a droga monitora.

Qual a saída, então? No meu modo de ver, a saída é uma campanha educativa, em larga escala, em âmbito nacional e internacional, para mostrar às crianças e aos adolescentes que as drogas só destroem as pessoas.

E isso não é difícil de demonstrar porque os exemplos estão aí aos milhares e à vista de quem quiser ver. Os traficantes sabem muito bem disso, tanto que hoje têm agentes dentro das escolas para aliciar meninos de oito, dez anos de idade.

Confesso que tenho dificuldade de entender a tese da descriminalização das drogas. Todas as semanas, a polícia apreende, nas estradas, em casas de subúrbio, em armazéns clandestinos, toneladas de maconha e de cocaína. É preciso muitos drogados para consumir essa quantidade de drogas.

Junto às drogas, apreendem, muitas vezes, verdadeiros arsenais de armas modernas de grosso calibre. É preciso muito dinheiro e muita gente envolvida para que o tráfico tenha alcançado tal amplitude e tal nível de eficiência. Como acreditar que tudo isso desaparecerá, de repente, bastando

tornar a venda de drogas comércio legal? Sem falar nos novos tipos sofisticados de cocaína e maconha, que estão diversificando o mercado.

A verdade é que o tráfico existe e cresce porque cresce o número de pessoas que consomem drogas. Como se sabe, não pode haver produção e venda de mercadoria que ninguém compra. Se se reduzir o número de consumidores, o tráfico se reduzirá inevitavelmente. E a maneira de fazer isso é esclarecer os jovens do desastre que elas significam.

O resultado maior não será junto aos viciados crônicos, que tampouco devem ser abandonados à sua má sorte. Virá certamente do esclarecimento dos mais jovens, dos que ainda não foram cooptados pelo vício. A eles deve ser mostrado que as drogas destroem inevitavelmente os que a elas se entregam.

*Ferreira Gullar é cronista, crítico de arte e poeta. Escreve aos domingos na versão impressa de “Ilustrada”.*

FERREIRA GULLAR, J. Ribamar. *Folha de S.Paulo*. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ferreiragullar/2013/08/1321441-uma-questao-de-bom-senso.shtml>.

Acesso em 11/08/13. Adaptado.

1. Com base na leitura global do Texto 1, é possível inseri-lo no âmbito das discussões acerca do uso de drogas. Dentro dessa temática mais ampla, no entanto, o autor levanta uma questão particular sobre a qual discorre e opina, a saber:
  - a) A descriminalização das drogas.
  - b) A preferência do ser humano pelo que é previsível.
  - c) A disseminação das drogas na sociedade.
  - d) A estreita relação entre a droga e o crime organizado.
  - e) O combate ao tráfico de drogas na escola.
  
2. O texto “Uma questão de bom senso” é um artigo de opinião. Nele, Ferreira Gullar expressa o seu ponto de vista sobre a questão levantada e argumenta em defesa da tese de que
  - a) a recuperação do drogado passa por sua própria compreensão de que o vício destrói e transforma homens em robôs controlados pelos traficantes.
  - b) todo ser humano almeja viver com tranquilidade, na expectativa de que o dia seguinte transcorra, na medida do possível, sem sobressaltos.
  - c) o traficante tem, sim, conhecimento de que seu maior cliente é o jovem em idade escolar e, por isso, investe em ações na escola.
  - d) a liberação da droga no país não é o caminho para resolver os graves problemas do tráfico e do consumo de drogas.
  - e) se o consumo de drogas deixasse de ser crime, naturalmente, o número de dependentes reduziria junto com o dinheiro que sustenta a eficiência do tráfico.
  
3. Esse diálogo inicial com o leitor é construído, principalmente, por meio de
  - a) indagações feitas ao leitor, como, por exemplo, “ou não é?”.
  - b) marcadores de opinião, como “acho” ou “estou certo”.
  - c) termos que expressam juízo de valor, a exemplo de “acho muito difícil”.
  - d) repetição de palavras, como acontece com “previsível”.
  - e) ambiguidades, como segurança/insegurança e previsível/imprevisível.

4. Identifique, entre as estratégias discursivas listadas abaixo, aquelas utilizadas pelo autor na construção de sua argumentação.
- I. Argumentos baseados no consenso, a exemplo de “Como se sabe, não pode haver produção e venda de mercadoria que ninguém compra”.
  - II. O uso de citação para conferir autoridade ao texto, como em “a polícia apreende, nas estradas, em casas de subúrbio, em armazéns clandestinos, toneladas de maconha e de cocaína”.
  - III. O emprego de perguntas retóricas, a exemplo de “Como acreditar que tudo isso desaparecerá, de repente, bastando tornar a venda de drogas comércio legal?”.
  - IV. A comprovação por números que falam por si mesmo, como em “A verdade é que o tráfico existe e cresce porque cresce o número de pessoas que consomem drogas”.
  - V. A introdução, no corpo da argumentação, de uma ilustração hipotética, a exemplo de “Fernandinho Beira-Mar certamente passaria a pagar imposto de renda, ISS, ICMS e tudo o mais”.

Estão **CORRETAS** apenas as proposições presentes nos itens

- a) II, IV e V.
  - b) I, II e III.
  - c) I, III e V.
  - d) II e IV.
  - e) III e IV.
5. Na conclusão, Gullar reitera a ideia de que a saída para o problema viria do trabalho junto aos mais jovens e não junto “aos viciados crônicos”. Para evitar um possível mal-entendido, faz uma ressalva marcada no texto pelo uso da palavra
- a) “inevitavelmente”.
  - b) “ainda não”.
  - c) “certamente”.
  - d) “não”.
  - e) “tampouco”.

Leia o texto 2 para responder as questões de 6 a 10.

## Texto 2:

### DINOS

*Martha Medeiros*

É um mundo estranho este. De repente, começaram a ser apresentados fósseis de animais pré-históricos descobertos recentemente no estado. Parece até coisa de novela. Primeiro foram as ossadas encontradas em São Gabriel, agora as de Dona Francisca. E eu que achava que os nossos mais antigos ancestrais eram os açorianos. Pois soube agora que tivemos *Tiarajudens* e *Decuriasuchus* residentes. Tivemos, e ainda temos.

Estou só esperando tocarem a campanha aqui de casa. Posso imaginar os paleontólogos entrando com suas escovinhas e pás, buscando embaixo do meu porcelanato algum resíduo de esqueleto. “Soubemos que dinossauros habitaram esse pedaço de chão milhões de anos atrás,

exatamente aqui, onde a senhora vive.” E eu responderei muito circunspecta: “Habitará, não. Habita ainda. Muito prazer”.

Sou uma dinossaura gaúcha.

Outro dia, num encontro entre amigas, me xingaram por não estar no Facebook. Em vez de uma liberdade de escolha, consideraram minha ausência uma afronta. Não estar no Facebook significa que você é uma esnobe com mania de ser diferente. Mas não é nada disso, tenho um bom argumento de defesa: é que me sinto obrigada a dar retorno a todos os contatos que recebo e, se entrar no Facebook, somando os e-mails que recebo (sim, e-mails – é condizente com minha espécie) não terei paz. Sou uma dinossaura. Relevem.

Eu ainda uso aparelho celular com teclas. Poderia ter um iPad, um tablet ou qualquer outro equipamento de última geração lançado dois minutos atrás, mas gosto do meu telefone simplificado, que só serve para fazer e receber chamadas e torpedos (eu ainda chamo de torpedo, e não de SMS). Não leio mensagens fora de casa. Dinossaura.

Lembram quando comentei outro dia sobre a entrevista que fiz com a Patrícia Pillar? A revista que me contratou me ofereceu um gravador. Aceitei. E pedi: não esqueçam de mandar as fitas! É um mistério terem mantido a missão que me confiaram. Gravador digital era coisa que eu ainda não tinha manuseado. Poderia ter gravado a conversa pelo celular também. Mas vocês sabem: não se extraem os resíduos paleolíticos do DNA assim no mais.

Outro dia contei pro escritor Fabrício Carpinejar que, quando estou no escuro do cinema, durante a projeção, costumo anotar nas folhas do talão de cheque as frases que me tocam durante o filme. Ele ficou bege. “Tu usa cheque???”.

E ainda acredito no amor. Podem me empalhar.

In: MEDEIROS, Martha. *Feliz por nada*. Porto Alegre, RS: LP & M, 2011. Adaptado.

6. Uma crônica caracteriza-se por observar e relatar fatos de sua época, a partir dos quais o autor desenvolve reflexões mais gerais sobre o tema associado a esses fatos. O ponto de partida da crônica de Martha Medeiros foi
  - a) a notícia de que *Tiarajudens* e *Decuriasuchus* ainda residem no seu estado.
  - b) uma novela de TV cuja protagonista era uma paleontóloga.
  - c) a descoberta de fósseis de ancestrais humanos no Rio Grande do Sul.
  - d) a constatação repentina de que vivemos em um mundo muito estranho.
  - e) um devaneio, em que a autora imaginou a chegada de paleontólogos em sua casa.
  
7. A crônica *Dinos* aborda, como tema global,
  - a) os avanços tecnológicos do mundo contemporâneo.
  - b) a resistência da autora em lidar com novas tecnologias.
  - c) a supervalorização da tecnologia no mundo atual.
  - d) a manifestação de certo “preconceito digital” contra a autora.
  - e) a defesa do livre-arbítrio em relação ao uso de redes sociais.
  
8. Com base no Texto 2, analise o que se afirma nas seguintes proposições:
  - I. Em “Poderia ter um iPad, um tablet ou qualquer outro equipamento de última geração lançado dois minutos atrás” (5º parágrafo), a autora faz uma crítica sutil à rapidez com que, hoje, as inovações tecnológicas tanto surgem quanto caducam.

- II. No trecho, “E ainda acredito no amor. Podem me empalhar” (8º parágrafo), Medeiros deixa implícita a ideia de que crer no amor, seguindo a mesma lógica, seria também coisa do passado.
- III. Em “Tu ainda usa cheque???” (7º parágrafo), a autora recorre ao uso expressivo da interrogação com o intuito de sinalizar o espanto do seu interlocutor.
- IV. A cronista usa parênteses (4º e 5º parágrafos) para intercalar enunciados essenciais à compreensão do texto e dar fluidez à sua narrativa.
- V. Em “É um mistério terem mantido a missão que me confiaram.” (6º parágrafo), é possível inferir que a autora pensou em desistir de fazer a entrevista.

Estão **CORRETAS** apenas as proposições encontradas nos itens

- a) I, II e V.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, IV e V.
- e) III e IV.

9. Para dar mais coerência ao texto e ajudar a manter a sua unidade temática, a autora repete a palavra “ainda” nada menos do que seis vezes ao longo da crônica. Assim, fatos, ações, crenças ou comportamentos narrados ficam todos atrelados a uma circunstância de

- a) modo.
- b) dúvida.
- c) finalidade.
- d) intensidade.
- e) tempo.

10. Ao afirmar “Sou uma dinossaura gaúcha” (3º parágrafo), a autora usa a palavra “dinossaura” com sentido diferente daquele que lhe é próprio, por meio de uma

- a) ironia.
- b) antítese.
- c) metáfora.
- d) metonímia.
- e) personificação.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Sobre os princípios de contabilidade, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução CFC n.º 750/1993, assinale a opção **CORRETA**.

- a) De acordo com princípio da oportunidade, a falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

- b) O princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do passivo e do maior para os do ativo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.
- c) O princípio da continuidade pressupõe que a Entidade não continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
- d) O princípio da competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos em que ocorrerem o recebimento ou o pagamento.
- e) No princípio do registro pelo valor original, o valor justo corresponde ao valor pelo qual um ativo pode ser liquidado, ou um passivo trocado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação com favorecimentos.

12. *Interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.* De acordo com pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que trata da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, esta é a definição de

- a) Despesa.
- b) Ativo.
- c) Patrimônio Líquido.
- d) Passivo.
- e) Receita.

13. Em relação aos critérios de avaliação do ativo e do passivo, julgue os itens abaixo, marcando V para os verdadeiros e F para os falsos, em seguida assinale a opção que se refere à sequência **CORRETA**.

- I. Os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for superior.
- II. A diminuição do valor dos elementos dos Ativos Imobilizado e Intangível será registrada periodicamente nas contas de depreciação, amortização e exaustão.
- III. As obrigações, os encargos e os riscos classificados no Passivo Não Circulante serão ajustados ao seu valor futuro, sendo os demais ajustados quando não houver efeito relevante.
- IV. Os estoques de mercadorias fungíveis destinadas à venda poderão ser avaliados pelo valor de mercado, quando esse for o costume mercantil aceito pela técnica contábil.

- a) VFVF
- b) FVVF
- c) FVFF
- d) FFVV
- e) VVFF

14. A empresa Pernambuco Ltda, que no último dia do ano civil encerra seu exercício social, contabilizou em duplicidade o mesmo fato contábil em 31/12/2012. Apenas no exercício seguinte esse equívoco foi identificado. Os lançamentos foram realizados a débito de conta do resultado e a crédito de conta do passivo não circulante. Diante dessa situação, afirma-se que, no balanço patrimonial de 31/12/2012.

- a) O ativo circulante da empresa foi subavaliado.
- b) O passivo não circulante da empresa apresentou uma redução indevida.
- c) O patrimônio líquido da empresa não foi afetado.
- d) O patrimônio líquido da empresa apresentou uma redução indevida.
- e) A situação líquida da empresa foi superavaliada.

15. Em 31/12/2012 o balanço patrimonial de uma determinada empresa apresentou os seguintes dados:

Ativo Circulante	160.000,00
Passivo Circulante	125.000,00
Patrimônio Líquido	110.000,00

Qual o valor do Passivo Não Circulante, sabendo-se que o valor do Ativo Não Circulante é 50% maior que o Passivo Não Circulante?

- a) 165.000,00
  - b) 150.000,00
  - c) 385.000,00
  - d) 75.000,00
  - e) 225.000,00
16. A legislação societária determina que ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício, as seguintes demonstrações financeiras:
- a) Balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração das origens e aplicações de recursos; e demonstração do valor adicionado, se companhia aberta.
  - b) Balanço patrimonial; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração do resultado do exercício; demonstração dos fluxos de caixa; e demonstração do valor adicionado.
  - c) Balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado econômico; demonstração dos fluxos de caixa; e demonstração do valor adicionado.
  - d) Balanço patrimonial; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração do resultado do exercício; demonstração dos fluxos de caixa, se companhia aberta; e demonstração do valor adicionado.
  - e) Balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração dos fluxos de caixa; e demonstração do valor adicionado, se companhia aberta.



17. De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assinale a opção **CORRETA**.
- a) A despesa deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado quando o gasto produzir benefícios econômicos futuros ou quando, e na extensão em que, os benefícios econômicos futuros não se qualificarem, ou deixarem de se qualificar, para reconhecimento no balanço patrimonial como passivo.
  - b) Um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando os gastos incorridos não proporcionarem a expectativa provável de geração de benefícios econômicos para a entidade dentro do período contábil corrente.
  - c) A receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com diminuição de ativo ou com aumento de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade.
  - d) Uma despesa deve ser reconhecida no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade.
  - e) A despesa deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado quando o gasto não produzir benefícios econômicos futuros ou quando, e na extensão em que, os benefícios econômicos futuros não se qualificarem, ou deixarem de se qualificar, para reconhecimento no balanço patrimonial como ativo.
18. Diminuem os saldos das contas de Patrimônio Líquido, Despesa e Receita, os lançamentos nelas realizados que representem, respectivamente:
- a) Débito, Débito e Crédito.
  - b) Crédito, Crédito e Débito.
  - c) Débito, Crédito e Débito.
  - d) Crédito, Débito e Crédito.
  - e) Crédito, Crédito e Crédito.
19. Uma determinada máquina adquirida por R\$ 60.000,00 em 01 de outubro de 2008, com vida útil estimada em 10 anos, em consequência da depreciação pelo método linear, apresentará em 30 de junho de 2012, valor contábil de
- a) R\$ 33.000,00.
  - b) R\$ 36.000,00.
  - c) R\$ 37.000,00.
  - d) R\$ 37.500,00.
  - e) R\$ 60.000,00.
20. A respeito dos princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público, é **CORRETO** afirmar:
- a) No âmbito da entidade pública, a continuidade está vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a continuidade da entidade se dá enquanto durar a gestão do governante.
  - b) O princípio da competência não aplica-se integralmente ao Setor Público.
  - c) Pelo princípio da entidade, em consonância com os princípios constitucionais da administração pública, deve constituir garantia de inexistência de valores fictícios, de interesses de grupos ou pessoas, especialmente gestores, ordenadores e controladores.

- d) Valor Original, que ao longo do tempo não se confunde com o custo histórico, corresponde ao valor resultante de consensos de mensuração com agentes internos ou externos, com base em valores de entrada – a exemplo de custo histórico, custo histórico corrigido e custo corrente; ou valores de saída – a exemplo de valor de liquidação, valor de realização, valor presente do fluxo de benefício do ativo e valor justo.
- e) A integridade e a fidedignidade dizem respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, dependendo do cumprimento das formalidades legais para sua ocorrência, visando em parte o atendimento da essência sobre a forma.

21. A assinatura de convênio com um governo municipal, para construção de escolas técnicas no município, gera no governo federal lançamentos contábeis **APENAS**

- a) no subsistema de compensação.
- b) no subsistema de informações orçamentárias.
- c) no subsistema de custos.
- d) no subsistema de informações patrimoniais.
- e) no subsistema de compensação e de informações orçamentárias.

22. A lei federal nº 4.320/64, no que tange à avaliação dos elementos patrimoniais, determina que

- a) os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente no início do exercício.
- b) os bens móveis e imóveis devem ser avaliados pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção, ajustado ao valor presente, quando esse for menor.
- c) não poderão ser feitas reavaliações dos bens móveis e imóveis.
- d) os bens de almoxarifado serão avaliados pelo método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai).
- e) as variações resultantes da conversão dos débitos, créditos e valores em espécie serão levadas à conta patrimonial.

23. Indique a alternativa que contém lançamentos contábeis típicos do setor público realizados de forma **CORRETA**.

- a) Fixação da Despesa
  - D - Dotação orçamentária / Crédito inicial
  - C - Crédito disponível
- b) Previsão da Receita
  - D - Receita a realizar
  - C - Receita realizada
- c) Fixação da Despesa
  - D - Crédito disponível
  - C - Dotação orçamentária / Crédito inicial
- d) Fixação da Despesa
  - D - Despesa a realizar
  - C - Despesa realizada

- e) Previsão da Receita
  - D - Receita a realizar
  - C - Previsão inicial da receita

24. Com relação ao plano de contas aplicado ao setor público, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O campo de aplicação do plano de contas aplicado ao setor público abrange todas as entidades governamentais, exceto as estatais independentes, cuja utilização é facultativa.
- b) Até a implantação do conselho de gestão fiscal, instituído pela LRF, o ministério do planejamento, orçamento e gestão, com o apoio do grupo técnico de procedimentos contábeis, é o responsável pela administração do plano de contas aplicado ao setor público.
- c) Conforme as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, o sistema contábil público estrutura-se nos subsistemas de informações orçamentárias, de informações patrimoniais, de informações financeiras e de compensação.
- d) O plano de contas aplicado ao setor público está dividido em 6 classes.
- e) O registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a natureza de informação distinta, seja patrimonial, financeira, orçamentária ou de controle.

25. Com relação às demonstrações contábeis, de acordo com a lei federal nº 4.320/64, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O balanço patrimonial demonstrará o ativo financeiro; o ativo permanente; o passivo financeiro; o passivo permanente; o saldo patrimonial; e as contas de compensação.
- b) Os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- c) O balanço financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.
- d) A demonstração das variações patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes da execução orçamentária, e indicará o resultado econômico do exercício.
- e) O balanço orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

26. Quando o governo divide os recursos para uso no setor público e privado, proporcionando bens públicos e semipúblicos aos cidadãos, exerce uma função:

- a) Participativa
- b) Alocativa
- c) Distributiva
- d) De império
- e) Estabilizadora

27. No que se refere ao princípio orçamentário do equilíbrio, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Quando há suficiência de receitas correntes para cobrir as despesas correntes e de capital.
- b) Princípio que as despesas determinadas e as receitas estimadas são executadas no exercício, cumprindo a disposição da lei orçamentária anual.
- c) Princípio que o orçamento de investimento não é superior, em valor, às receitas de capital dentro do próprio exercício.
- d) Quando há coincidência quanto à receita dos valores estimados e realizados, assim como, os valores fixados e realizados da despesa.
- e) Princípio que o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao valor de receitas estimadas.

28. Relativo às despesas de exercícios anteriores, marque a opção **INCORRETA**:

- a) É uma solução para a correção de falhas durante a execução da despesa.
- b) O ano encerrado é a diferença entre elas e os restos a pagar não processado.
- c) Referem-se a gastos que não necessitam de autorização orçamentária.
- d) Existindo empenho inscrito em restos a pagar com saldo insuficiente, o gestor poderá saldá-lo através da denominada despesa de exercício anterior.
- e) A sua execução ocorre com o mesmo procedimento da despesa orçamentária.

29. Em relação às despesas públicas, julgue os itens a seguir e marque a alternativa **CORRETA**:

- I. Não é permitida a execução de despesa sem prévio empenho, porém em casos especiais, previstos na legislação específica, pode ser dispensada a emissão do empenho.
- II. O empenho que se refere ao contrato cuja data limite, para a entrega do serviço, for dia 20 de março, não será anulado ao final do exercício.
- III. O empenho de uma despesa não pode exceder o limite dos créditos concedidos, exceto em caso de crédito extraordinário.
- IV. Quanto aos estágios da despesa orçamentária, apenas na liquidação que se reconhece a obrigação a pagar.

- a) V,V,V,F
- b) V,V,F,V
- c) F,V,F,V
- d) V,F,F,F
- e) V,F,V,F

30. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para atender à despesa e ainda deve ser precedida de motivação. Os recursos destinados a atender a abertura desses créditos suplementares e especiais, desde que não comprometidos, podem ser entre outros:

- a) anulação de despesa de exercício anterior.
- b) os resultantes de anulação de créditos adicionais.
- c) superávit patrimonial apurado em balanço financeiro do exercício anterior.
- d) as transferências intergovernamentais para despesas correntes.
- e) superávit do orçamento corrente.

31. Conforme o art. 12 da Lei nº 4.320/64, que trata do critério de categoria econômica, as despesas são classificadas em despesas correntes e de capital. Assinale a alternativa que representa uma despesa de capital:
- a) salário do técnico administrativo de escola pública
  - b) dispêndio relacionado com a conservação de ruas.
  - c) pagamento de juros e encargos da dívida pública.
  - d) aquisição de material de expediente.
  - e) a aquisição de ações em empresas em funcionamento.
32. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), serve para:
- a) orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
  - b) estimar receitas e fixar despesas para o exercício financeiro posterior.
  - c) encaminhar o projeto de Lei Orçamentária da União.
  - d) ordenar e disciplinar a execução de despesas com investimentos.
  - e) determinar a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
33. Há cobertura dos créditos extraordinários sempre que ocorrer:
- a) excesso de arrecadação
  - b) superávit financeiro
  - c) impostos extraordinários
  - d) empréstimo compulsório
  - e) operação de crédito extraordinária
34. O montante da despesa pública determinado para um exercício é aquele autorizado:
- a) no mesmo exercício.
  - b) na peça orçamentária.
  - c) no orçamento e em créditos adicionais, exceto quanto à conta de anulação.
  - d) no orçamento e em créditos adicionais do exercício.
  - e) no orçamento e nos créditos adicionais do exercício, exceto os reabertos.
35. São receitas extraorçamentárias:
- a) aluguéis
  - b) cauções em dinheiro realizadas pelas prestadoras de serviço
  - c) empréstimos obtidos
  - d) recebimento de dívida ativa
  - e) as provenientes das alienações de bens inservíveis
36. Financeiramente, a receita orçamentária apenas é reconhecida como realizada:
- a) pela sua arrecadação, apropriação ou conversão, como receita.
  - b) pelo recolhimento aos cofres públicos
  - c) pela apropriação, quando anteriormente diferida.
  - d) pela conversão de passivo financeiro em receita
  - e) pela arrecadação ou pelo recolhimento aos cofres públicos.

37. Em relação aos princípios orçamentários, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) contraria o princípio da não afetação de receitas, o encaminhamento dos recursos das taxas para o custeio de serviços específicos.
- b) a adoção do princípio da exclusividade exige que a criação ou aumento de impostos esteja incluso no orçamento.
- c) a existência da conta única baseia-se no princípio da unidade de caixa
- d) de acordo com o princípio do orçamento bruto, as transferências no âmbito interno de cada esfera da administração se anulam.
- e) conforme o princípio da unidade, os orçamentos das três esferas da administração devem ser unificados em um orçamento nacional.

38. As receitas correntes compreendem:

- a) as tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências de capital.
- b) a constituição de dívidas, conversão em espécie de bens e direitos, utilização de saldos de exercícios anteriores ou de reservas e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências de capital
- c) as receitas de subvenções, contribuições e auxílios do orçamento da União e do produto da amortização de empréstimos.
- d) as tributárias, patrimoniais, de operações de crédito e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes.
- e) as tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes.

39. Em relação à classificação da receita pública, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) As categorias econômicas das receitas públicas podem ser distribuídas por fontes e subfontes, podendo chegar a um maior detalhamento, dependendo das necessidades de informação do órgão arrecadador.
- b) As receitas correntes são as que não provêm da alienação de um bem de capital ou que não estejam, na lei, definidas como de capital.
- c) As receitas de capital provêm da alienação de bens de capital, da obtenção de empréstimos e das amortizações de empréstimos concedidos.
- d) As receitas tributárias são uma das fontes das receitas correntes.
- e) Receitas públicas que estejam, por ato do poder público, vinculadas á realização de despesas correntes são consideradas receitas de capital.

40. Julgue os itens abaixo, e em seguida marque a alternativa **CORRETA**:

- I. O pagamento de despesa por meio de adiantamento, admitido apenas em situações consideradas excepcionais, é aplicável a qualquer tipo de despesa, restringindo-se a um único servidor do órgão, especialmente designado, a cada período, como determina a legislação de regência.
- II. Em uma mesma concessão de suprimento de fundos, pode ser autorizada a realização de despesa de serviços de pessoas físicas e a compra de material de consumo.
- III. Os contratos administrativos de pequenas compras de pronto pagamento, feitas em regime de adiantamento, podem ser pactuados de forma verbal.

IV. O suprimento de fundos será contabilizado e incluído nas contas do ordenador como despesa realizada.

- a) V,V,F,V
- b) F,V,V,V
- c) V,V,V,F
- d) F,V,F,V
- e) F,F,V,V